

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 162.243 - RN (2018/0305789-8)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE CAICÓ - RN**  
**SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 9A VARA DE CAICÓ - SJ/RN**  
**INTERES. : LAURIVONE MONTEIRO DE LANUZA**  
**ADVOGADO : WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA - RN011584**  
**INTERES. : IPETE - INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCACAO**  
**TECNOLOGICA EBENEZER LTDA**  
**INTERES. : FRANCISCO DAS CHAGAS FIGUEIREDO SILVA**  
**INTERES. : SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**  
**SUPERIOR DO VALE DO CAPIBARIBE SODECAP**  
**LTDA**  
**OUTRO NOME : FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO E**  
**INTEGRAÇÃO REGIONAL - FADIRE**

**DECISÃO**

**Vistos.**

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo **Juízo de Direito da 1ª Vara de Caicó/RN** em face do **Juízo Federal da 9ª Vara de Caicó/RN**, nos autos da Ação de Obrigação de Fazer cumulada com Indenização por Danos Morais n. 0000009-67.2018.405.8402, proposta por Laurivone Monteiro de Lanuza em face de Francisco das Chagas Figueiredo da Silva, do Instituto de Pesquisa de Educação Tecnológica Ebenezer LTDA - ME, da Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional - FADIRE e da União de Escolas Superiores da FUNESO - UNESF, objetivando provimento jurisdicional que determine a expedição de diploma de conclusão de curso de Licenciatura Plena em Pedagogia e a condenação dos requeridos em danos materiais e morais (fls. 04/16e).

O Juízo suscitado declinou da competência para processar e julgar a presente ação, porquanto “a hipótese versada nos autos constitui casuística diversa dos precedentes que ensejaram a edição da Súmula n. 570 do STJ, afinal, não há nenhuma suscitação de impedimento de expedição de diploma por falta de credenciamento da IES no Ministério da Educação” (fls. 21/24e).

O Juízo suscitante declarou-se incompetente para o julgamento do feito e suscitou o presente conflito, uma vez que “sobre a competência para processar e julgar ações que envolvem a concessão de diplomas de nível superior, em que há discussão de registro de diploma perante o órgão público competente ou o credenciamento da entidade

perante o Ministério da Educação, o Colendo Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que tais ações são de competência da Justiça Federal, consoante enunciado n. 570 da súmula da jurisprudência predominante do referido Tribunal Superior” (fls. 25/29e).

Em decisão de fl. 39e, foi designado o Juízo suscitante para resolver, em caráter provisório, eventuais medidas urgentes e determinada a abertura de vista ao Ministério Público Federal.

O Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento do conflito, para declarar a competência do Juízo estadual (fls. 52/54e).

**É o relatório. Decido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

O art. 955, parágrafo único, I, do Código de Processo Civil determina ser possível o julgamento do conflito de competência por decisão monocrática quando a decisão fundar-se em tese firmada em Súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte.

Nessa linha, cabe destacar o enunciado da Súmula n. 568/STJ:

*O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*

Por primeiro, cabe destacar que a jurisprudência desta Corte Superior definiu que, nas causas que envolvam instituições de ensino superior, a União possui interesse, a ensejar o reconhecimento da competência da Justiça Federal, quando se tratar de registro de diploma perante o órgão público competente, incluindo o credenciamento junto ao Ministério da Educação e nos mandado de segurança.

Por outro lado, não há falar em interesse da União nas ações que digam respeito a questões privadas concernentes ao contrato de prestação de serviço firmado entre essas instituições e seus alunos, sendo processadas e julgadas perante a Justiça Estadual.

Assim é o enunciado da Súmula 570 desta Corte:

*Compete à Justiça Federal o processo e julgamento de demanda em que se discute a ausência de ou o obstáculo ao credenciamento de instituição particular de ensino superior no Ministério da Educação como condição de expedição de diploma de ensino a distância aos estudantes.*

(Súmula 570, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/04/2016, DJe 02/05/2016)

Nesse sentido:

**ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR. EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA. REGISTRO DE DIPLOMAS. CREDENCIAMENTO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INTERESSE DA UNIÃO. INTELIGÊNCIA DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.**

1. O acórdão recorrido abordou, de forma fundamentada, todos os pontos essenciais para o deslinde da controvérsia, razão pela qual é de se rejeitar a alegação de contrariedade ao art. 535 do CPC suscitada pela parte recorrente.

2. No mérito, a controvérsia do presente recurso especial está limitada à discussão, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a competência para o julgamento de demandas referentes à existência de obstáculo à obtenção do diploma após a conclusão de curso de ensino a distância, por causa da ausência/obstáculo de credenciamento da instituição de ensino superior pelo Ministério da Educação.

3. Nos termos da jurisprudência já firmada pela 1ª Seção deste Sodalício, em se tratando da competência para processar e julgar demandas que envolvam instituições de ensino superior particular, é possível extrair as seguintes orientações, quais sejam: (a) caso a demanda verse sobre questões privadas relacionadas ao contrato de prestação de serviços firmado entre a instituição de ensino superior e o aluno, tais como, por exemplo, inadimplemento de mensalidade, cobrança de taxas, desde que não se trate de mandado de segurança, a competência, via de regra, é da Justiça Estadual; e, (b) ao revés, sendo mandado de segurança ou referindo-se ao registro de diploma perante o órgão público competente - ou mesmo credenciamento da entidade perante o Ministério da Educação (MEC) - não há como negar a existência de interesse da União Federal no presente feito, razão pela qual, nos termos do art. 109 da Constituição Federal, a competência para processamento do feito será da Justiça Federal.

*Precedentes.*

4. Essa conclusão também se aplica aos casos de ensino à distância, em que não é possível a expedição de diploma ao estudante em face da ausência de credenciamento da instituição junto ao MEC. Isso porque,

*nos termos dos arts. 9º e 80, § 1º, ambos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o credenciamento pela União é condição indispensável para a oferta de programas de educação à distância por instituições especificamente habilitadas para tanto.*

*5. Destaca-se, ainda, que a própria União - por intermédio de seu Ministério da Educação (MEC) - editou o Decreto 5.622, em 19 de dezembro de 2005, o qual regulamentou as condições de credenciamento, dos cursos de educação à distância, cuja fiscalização fica a cargo da recém criada Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do referido órgão ministerial.*

*6. Com base nestas considerações, em se tratando de demanda em que se discute a ausência/obstáculo de credenciamento da instituição de ensino superior pelo Ministério da Educação como condição de expedição de diploma aos estudantes, é inegável a presença de interesse jurídico da União, razão pela qual deve a competência ser atribuída à Justiça Federal, nos termos do art. 109, I, da Constituição Federal de 1988. Neste sentido, dentre outros precedentes desta Corte, a conclusão do Supremo Tribunal Federal no âmbito do RE 698440 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 18/09/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-193 DIVULG 01-10- 2012 PUBLIC 02-10-2012.*

*7. Portanto, CONHEÇO do RECURSO ESPECIAL interposto pelo ESTADO DO PARANÁ e CONHEÇO PARCIALMENTE do RECURSO ESPECIAL interposto pela parte particular para, na parte conhecida, DAR PROVIMENTO a ambas as insurgências a fim de reconhecer a competência da Justiça Federal para processar e julgar a demanda. Prejudicada a análise das demais questões. Recursos sujeitos ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08.*

*(REsp 1344771/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 24/04/2013, REPDJe 29/08/2013, DJe 02/08/2013) (destaques meus).*

No caso, estamos em sede de ação de obrigação de fazer, cumulada com indenização por danos materiais e morais, objetivando provimento jurisdicional que determine a expedição de diploma de conclusão de curso de Licenciatura Plena em Pedagogia e a condenação dos requeridos em danos materiais e morais (fls. 04/16e).

O Juízo suscitado decidiu que (fls. 21/24e):

*A hipótese versada nos autos constitui casuística diversa dos precedentes que ensejaram a edição da Súmula n. 570 do STJ, afinal, não há nenhuma suscitação de impedimento de expedição de diploma por falta de credenciamento da IES no Ministério da Educação.*

*Por sua vez, a decisão de fls. 33/36 - extraída dos autos da Ação Civil Pública nº 0800947-43.2015.4.05.8302, em trâmite na 16ª Vara Federal de Pernambuco - indica que, em acolhimento ao pedido do MPF, foi determinado que a FADIRE e seus representantes comerciais suspendam*

*suas atividades referentes a cursos (...) imediatamente interromper as matrículas nos cursos de extensão, graduação ou quaisquer outros assemelhados, com exceção para os cursos de graduação nas áreas de Administração, Ciências Contábeis, Design e Design de Moda, que são ministrados pela FADIRE em sua sede, localizada no município de Santa cruz do Capibaribe/PE.*

*Tal determinação não traz implicações ao caso em riste, pois, além de limitada territorialmente à competência do órgão judicante, não abrange os cursos ofertados pela FUNESO/UNESF.*

*De conformidade com a prova carreada à exordial, notadamente a declaração de fl. 18 e o histórico escolar de fls. 19/20, a obrigação de expedição do diploma recai sobre a Fundação de Ensino Superior de Olinda - FUNESO e União das Escolas Superiores da FUNESO - UNESF, não havendo notícia de impedimento, nem mesmo pelo autor, de que referidas instituições de ensino não podem expedir o documento objeto da ação por falta de credenciamento junto ao MEC.*

*Vale destacar que tramita neste juízo a Ação Civil Pública nº 0800197-27.2018.4.05.8402, ajuizada pelo Ministério Público Federal em face da FADIRE e de outras IES (FACULDADE CIDADE DE GUANHÃES - FACIG e CENTRO UNIVERSITÁRIO INTA - UNINTA), tendo por alvo a oferta de cursos à distância através da empresa RM NÚCLEO DE ENSINO LTDA ME, sediada em Parelhas/RN, devendo ser enfatizado, ainda, que o pedido de tutela de urgência, consistente na suspensão dos cursos, restou indeferido. Com efeito, o objeto dessa demanda coletiva é a "terceirização" de ensino superior por empresa não credenciada junto ao MEC, ao passo em que a FUNESO - UNESF não figura no polo passivo.*

*De fato, como destacado pela própria UNIÃO em sua manifestação (fl. 44), não há nada que justifique sua intervenção no processo (destaques meus).*

Portanto, no presente incidente, não se comprovou a "ausência de ou o obstáculo ao credenciamento de instituição particular de ensino superior no Ministério da Educação como condição de expedição de diploma de ensino a distância aos estudantes", a ensejar a aplicação do enunciado da Súmula 570 desta Corte

Ademais, no caso concreto, a União já manifestou ausência de interesse jurídico a ensejar a competência da Justiça Federal, consoante fl. 44 dos autos principais (fl. 23e) e o Juízo suscitado, aplicando o enunciado da Súmula 150 desta Corte Superior decidiu que não compete àquele juízo o processamento e julgamento da ação (fls. 21/24e).

Assim, a Autora, os Requeridos e a União poderiam interpor o recurso cabível, mas não há notícia nos autos acerca da interposição.

Dessa feita, cabe destacar a incidência, na espécie, dos princípios contidos nas Súmulas 150/STJ e 254/STJ: "Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas"; "A decisão do Juízo Federal que exclui da relação processual ente federal não pode ser reexaminada no Juízo Estadual".

Isto posto, nos termos do art. 955, parágrafo único, I, do Código de Processo Civil, **conheço do conflito para declarar competente o Juízo suscitante - Juízo de Direito da 1ª Vara de Caicó/RN.**

Após as providências cabíveis, arquivem-se os autos.

Publique-se. Intime-se. Comunique-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora